

ANEX 15

Os constituintes "são os responsáveis" pelas decisões que aprovarem. E o que se quer ver "é se essa responsabilidade vai atingir o seu objetivo principal, que é de dar bem-estar a todos", disse ontem em Porto Alegre o comandante militar do Sul, general Edison Boscacci Guedes. Ele comentou as decisões da Comissão de Sistematização, e especialmente a possibilidade de confirmação, pelo plenário da Constituinte, do mandato de quatro anos para Sarney. E garantiu: "O que a Constituinte determinar, será realizado".

Numa entrevista depois de participar das cerimônias do Dia da Bandeira, no parque Marinha do Brasil, o comandante disse não acreditar que a realização de eleições presidenciais em 1988 venha perturbar as constituintes estaduais ou os trabalhos do Congresso na elaboração de leis complementares e ordinárias que vão regulamentar leis constitucionais.

Essa tranquilidade contrasta com a preocupação de outro dirigente militar, o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, sobre a mesma questão. "Não é a melhor coisa que se poderia desejar", comentou ontem em Brasília o almirante Sabóia, sobre a coincidência de campanha eleitoral e revisão das leis estaduais e de toda a estrutura jurídica do País.

"Vamos fazer o possível para que estes inconvenientes sejam ultrapassados e as coisas possam correr bem", disse o ministro, desabafando em seguida: "Esperemos..."

### Eles devem ter razões

Para o general Boscacci Guedes, no entanto, tudo é uma questão de sintonia com a Nação e mesmo de confiança. Se os quatro anos de mandato para Sarney eram "uma medida esperada por todo o povo brasileiro, eu acho que a decisão é uma boa medida para a Nação. Como acharia também se ele

## "O QUE A CONSTITUINTE DETERMINAR, SERÁ REALIZADO."

A frase é do general Edison Boscacci Guedes, comandante militar do Sul, que não vê problemas na realização de eleições em 88.

ficasse mais tempo, de acordo com a Constituição (atual). Por isso que nós sempre dissemos: o que a Constituinte determinar, será realizado. Se assim eles acharam melhor, dentro da sua consciência, daquilo que eles esperam que é melhor para o povo brasileiro, se isso é o melhor, assim vamos realizar".

Comentando ainda os quatro anos, e a implantação do parlamentarismo em 1988, o comandante militar disse que "se os membros da Comissão de Sistematização acharam por bem seguir esta linha, é porque devem ter estudado e devem ter aprofundado. Os nossos políticos têm de estar cons-

cientes. E para dar uma solução deste tipo, a Constituinte tem de estar muito consciente do trabalho que realizou e da responsabilidade que assume nesse momento".

### Projeto é "satisfatório"

Discordando da tese de que a realização de eleições presidenciais em 1988 prejudicará a elaboração de leis ordinárias e complementares da nova Constituição, pelo Congresso, e as próprias constituintes estaduais, o general Edison Boscacci Guedes ponderou que esses trabalhos "não vão terminar com as eleições. Isso vai continuar. Será um trabalho contínuo, não poderá parar neste momento".

Comentando como recebeu as decisões da Comissão de Sistematização, o comandante militar do Sul observou que "toda decisão da Constituinte tem que ser recebida como o próprio presidente recebeu, dentro de uma norma legal, democrática, e realizar aquilo que eles determinarem". E foi além: para o general, é satisfatório o projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização. "Agora, falta ver como será colocado em execução." Indagado se esse projeto já é a base do que será aprovado em plenário, Boscacci Guedes ponderou: "Há tantos pontos a serem observados, discutidos e haver aquele diálogo todo. Cada um terá sua opinião, cada partido, cada político também, consciente e amadurecido. Acredito que se chegará a um denominador comum".

O comandante militar do Sul manifestou, ainda, a esperança de que a nova Carta terá condições de dar ao País o futuro que todos esperam: "Dos nossos políticos, dos nossos dirigentes, é só o que podemos esperar. Eu acho que eles têm a inteligência suficiente, a capacidade, o conhecimento da nossa Nação, para dar ao povo brasileiro aquilo que todos nós esperamos, que é o bem-estar social de todos".

# A guerra do plenário

Há muitos interesses em jogo e a previsão é de discussões acirradas.

Terminados os trabalhos da Comissão de Sistematização, vários segmentos já se preparam para pressionar as votações em plenário: as empresas mineradoras querem derrubar dispositivos que reservam o mercado de minérios a empresas nacionais e consideram as jazidas propriedade da União; os índios reclamam que o projeto de Constituição é "injusto e ameaça a nossa própria sobrevivência"; e a OAB, mesmo dando total apoio à Constituinte, insiste na criação do Conselho Nacional de Justiça. Já a Comissão de Acompanhamento Constitucional da Arquidiocese do Rio preferiu ameaçar a "resistência conservadora" que atenta "contra a soberania da Assembléia Constituinte".

O Instituto Brasileiro de Mineração lança sua campanha a partir da próxima terça-feira. O presidente do Ibram, João Sérgio Marinho Nunes, afirma que o texto do projeto constitucional vai "conduzir à estatização do setor e à fuga de capitais de investimentos". Segundo ele, as empresas de capital nacional e mesmo estrangeiro se sentirão desestimuladas a investir no setor.

Para o presidente do Ibram, seria preferível reduzir as limitações à atuação das empresas no setor do que impedir a participação do capital estrangeiro. Mas João Sérgio Marinho Nunes critica também o estabelecimento de prazos para a lavra das jazidas, a ser definido em lei ordinária. Segundo ele, esse dispositivo poderá acarretar a exploração predatória dessas jazidas, "pois não haverá motivação para o uso racional das áreas mineradoras".

Já os representantes de 21 nações indígenas de todo o País divulgaram a "Carta dos povos indígenas da faixa de fronteira aos senhores constituintes", elaborada em reunião de três dias em Manaus. Os líderes indígenas foram recebidos no Congresso

pelo relator da CPI do Cimi, senador Ronan Tito, pelo senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) e pelos deputados Eraldo Trindade (PFL-AP) e Virgílio Guimarães (PT-MG).

Eles reclamaram que o projeto de Constituição, mesmo reconhecendo os "direitos originários dos índios", permite a exploração das riquezas minerais nas terras indígenas, além de ameaçar a sobrevivência étnica ao estabelecer que os "Índios com elevado estágio de aculturação" não têm nenhum direito. "Nós não sabemos o que é 'elevado estágio de aculturação', mas estamos angustiados e desesperados porque sabemos, por experiência própria, que isso vai ser usado contra nós", disseram os índios.

O documento indígena afirma também que os responsáveis pelo Projeto Calha Norte estão promovendo "mortes, prisões, espancamentos, remoção de famílias para construção de quartéis, sedução e engravidamento de índias por militares e destruição de casas". Segundo os índios, isso está acontecendo no Rio Grande e no Alto Solimões, em Roraima, e em outras áreas de fronteira. A Carta denuncia ainda a infiltração irregular de empresas mineradoras em terras indígenas do alto do Rio Negro, com o respaldo de funcionários da Funai.

### Poder controlado

Os presidentes das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, reunidos em Brasília, aprovaram manifestação de apoio à Constituinte, mas voltaram a defender a necessidade da criação do Conselho Nacional de Justiça, afirmando ser "inadmissível que alguma parcela do poder escape ao controle e fiscalização da sociedade".

Referindo-se ao Poder Judiciário, a nota divulgada pela OAB diz que "é necessária a criação de um órgão — o Conselho Nacional de Justiça — para controle exter-

no de sua atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais de seus membros".

Os procuradores da Fazenda Nacional no Estado de São Paulo também divulgaram nota à imprensa explicando sua atuação na pressão aos constituintes. Eles conseguiram a supressão dos parágrafos 3 e 4 do artigo 14, que regulamentava a criação da Procuradoria Geral da União, com a fusão das Procuradorias da Fazenda Nacional e Geral da República. Para eles, isso deve ser feito através de lei complementar.

O documento, assinado pelo procurador regional Gentil Domingues dos Santos, explica que os procuradores da Fazenda prestam rigorosos concursos públicos. E assinala que "o bom senso recomenda a preservação do órgão e da carreira fora da Procuradoria Geral da União, mas com funções de representação judicial na cobrança de tributos e nas causas sobre matéria fiscal".

### Ameaças

Em telegrama ao deputado Ulysses Guimarães a Comissão Arquidiocesana de Acompanhamento Constitucional do Rio advertiu os constituintes conservadores a não prosseguirem "no atentado contra a soberania da Assembléia Constituinte", o que provocou diversas reações dos parlamentares. O telegrama adverte que "temos seus nomes e estamos com um grupo de pessoas registrando todos os seus atos, tanto em plenário quanto nas comissões", e recomenda aos constituintes que "reflitam patrioticamente, não pensem no atentado contra a soberania da Constituinte".

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) criticou: "O caminho dessa comissão é o errado. Ameaças não constróem. A mim não atingem". Victor Faccioni (PDS-RS) viu na mensagem "uma tentativa de retorno à Inquisição".

O grupo Centrão está reunindo todas suas forças para mostrar, na segunda-feira, que está disposto a mudar os rumos da Constituinte: 280 de seus integrantes já prometeram estar em Brasília nesse dia para discutir a estratégia de votação, na terça-feira, do projeto que altera o Regimento Interno. Os líderes do Centrão acreditam que só essa demonstração de força bastará para que cessem as pressões para um acordo com as correntes minoritárias — que apostam na divisão do grupo.

Ontem, o líder governista Carlos Sant'Anna afirmou que não interessa ao Centrão qualquer proposta que não garanta o direito da maioria emendar o que quiser.

— Nós já entramos no conto da Comissão de Sistematização, que foi votar o título ressaltados os destaques. Agora queremos votar tudo. Quem tiver maioria que restabe-

## O Centrão já quer mostrar sua força

leça o que for tirado do texto — desafiou o líder.

O mesmo disse o deputado Amaral Netto, líder do PDS, refutando as notícias de que o Centrão estaria dificultando a reforma regimental com elevado número de emendas: "Só apresentamos um substitutivo. Quem apresentou as emendas foram os do outro lado, os que querem fazer a maioria valer mais que a maioria, 47 valerem

mais que 280. Mas vamos ver na terça-feira quem tem os 280 votos".

A tarefa dos constituintes poderá ser facilitada, porém, se for aproveitada a sugestão que o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) levou ontem ao senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB: votar primeiro os 80% do projeto Cabral II que não são polêmicos e devem ser aprovados sem reserva. "Dizem respeito a matéria pacífica."

Restariam assim os pontos conflitantes, "que poderiam ir a umas quatro dúzias". Cada grupo de dez constituintes ficaria então com o direito de apresentar três emendas para cada um desses pontos. Seriam umas 180 emendas para cada assunto polêmico, mas esse número se reduziria pela semelhança das propostas e porque na votação muitas ficariam prejudicadas.